

PESSIMISMO HOBBSIANO OU MECANICISMO SCHOPENHAUERIANO: A CONSTRUÇÃO DO INDIVÍDUO EM THOMAS HOBBS E ARTHUR SCHOPENHAUER

Patrícia Costa da Silva Baehr¹

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

 <https://orcid.org/0000-0002-1213-5688>

E-mail: patibaehr@gmail.com

RESUMO:

É deveras episódico termos Arthur Schopenhauer e Thomas Hobbes em uma mesma publicação, e quando isso ocorre, geralmente tem por objetivo explorar suas visões políticas dissonantes. No entanto, este estudo baseia-se na crença de que ambos os filósofos possuem semelhanças significativas em suas teorias, a saber, a criação do indivíduo enquanto ser humano. Schopenhauer e Hobbes possuem, em suas construções, a visão pessimista da natureza humana e, além disso, há semelhanças proeminentes na construção da maquinaria humana, semelhanças essas que em alguns momentos aparentam se fundir. Os objetivos que Hobbes e Schopenhauer tinham ao escreverem suas obras se diferem, porém, o que mostramos nesta exegese é que o pessimismo é um caminho prolífico para a teoria filosófica.

PALAVRAS-CHAVE: Schopenhauer; Hobbes; Pessimismo.

HOBBSIAN PESSIMISM OR SCHOPENHAUERIAN MECHANISM: THE CONSTRUCTION OF THE INDIVIDUAL IN THOMAS HOBBS AND ARTHUR SCHOPENHAUER

ABSTRACT:

It is rare that we have Arthur Schopenhauer and Thomas Hobbes in the same publication, and when this occurs, it is usually aimed at exploring their dissenting political views. However, this study is based on the belief that both philosophers have significant similarities in their theories about the creation of the individual as a human being. Schopenhauer and Hobbes have, in their constructions, the pessimistic view of human nature and, furthermore, there are prominent similarities in the construction of the human machinery, similarities that at times appear to merge. The goals that Hobbes and Schopenhauer had when they wrote their works were different, however, what we show in this study is that pessimism is a prolific path for philosophical theory.

KEYWORDS: Schopenhauer; Hobbes; Pessimism.

¹ Doutorando(a) em Ética e Filosofia Política na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – SC, Brasil.

Introdução

Cento e sessenta e oito anos separam as publicações das obras mais conhecidas de Thomas Hobbes, *Leviatã*, e de Arthur Schopenhauer², *O Mundo Como Vontade e Representação*³. A primeira foi escrita por um matemático, contratualista, que busca fortalecer o Estado implicando a ele contratos e leis a serem seguidas, e o faz se utilizando do mecanicismo para reforçar sua teoria; e a segunda foi publicada por aquele que é considerado por alguns teóricos como o pai do pessimismo, do qual ele se vale para criação de uma ética fundamentada em ações morais. Em um primeiro momento, ambas podem parecer obras dissonantes, o que é compreensível, visto que, quando se trata de *Leviatã*, a valoração maior é dada à teoria do contrato, com a saída do homem do Estado de Natureza para a República leviatânica. Algo similar ocorre também com Schopenhauer, ao aliar sua teoria pessimista ao negativismo moral. Mas pondo à parte teorias importantes das duas obras que podem ser elucidativas, podemos responder questões tanto éticas quanto morais ou ainda políticas, tendo como fundamentação o pessimismo. Isso porque existem similaridades em um ponto demasiadamente importante em suas teorias, a saber, a construção do indivíduo enquanto ser humano.

A construção do indivíduo

Hobbes se dedica, nos primeiros capítulos de *Leviatã*, a explicar como se dá a construção do indivíduo, ora como ser individualizado, ora como ser social, partindo do princípio mecanicista, que considera o funcionamento do corpo sendo regido pelas sensações. Essas sensações são reações do corpo exterior, ou, como Hobbes explica: os objetos externos despertam os órgãos internos responsáveis pelos sentidos: tato, audição e olfato e paladar. (HOBBS, 2014, p. 15-17). A partir disso, o filósofo inglês secciona o indivíduo em duas faculdades principais: a “faculdade do corpo e a faculdade da mente”⁴ (HOBBS, 2010, p. 4). As faculdades da mente, como vimos, nos levarão às sensações que, por sua vez, desencadearão as demais faculdades humanas: a imaginação, que produzirá memórias, tornando-se objeto de experiências e que desencadeará o processo imaginativo, originando o entendimento e tornando-se geradora dos desejos e dos pensamentos regulados. Esse “movimento de imaginação”, como explica Limongi (2009, p. 46), “é, antes de ser o movimento do corpo, um movimento de percepção”, que, como observamos, advém das sensações e tornar-se-á uma faculdade corpórea.

Já o desejo será dicotomizado. Em um primeiro momento⁵, ele será visto como motivador de causa – efeito que também se encontra nos animais, tal como os desejos sensuais, a fome, a sede, a lascívia, a cólera (HOBBS, 2014, p. 26). Desses se originarão as recordações, levando à prudência advinda das observações dos eventos passados, ou seja, à experiência. É importante salientar que, para Hobbes, não é a prudência que difere os homens dos animais, mas a racionalidade fundamentada na linguagem, que é aquilo que os permitem se expressar por meios de signos. E isso verbalizará, seja oralmente ou visualmente, nossos pensamentos e desejos, culminando, portanto, no entendimento, na razão e na ciência (HOBBS, 2014, p. 31-46.). Como o próprio Hobbes aponta (2012, p. 25): “As faculdades da natureza humana podem ser reduzidas a quatro espécies: força corporal, experiência, razão e paixão” e essas faculdades serão

² Citamos, em princípio, essas duas obras para apresentar a temporalidade que divide os autores em questão, porém, faremos uso de outras obras relevantes dos mesmos autores.

³ Deste ponto em diante iremos nos referir a obra *O Mundo como vontade e como representação* como *O Mundo*.

⁴ Iremos nos ater aqui a alguns pontos similares que acreditamos serem essenciais para a construção deste artigo, porém, temos consciência que, devido à complexidade da temática, ele mereceria por si só um projeto de estudos distinto.

⁵ Voltaremos a explorá-lo mais à frente neste artigo.

responsáveis pelos movimentos físicos e mentais de cada indivíduo, os quais serão deliberados por meio da vontade. Ainda conforme explica Hobbes:

[...] um *ato voluntário* é aquele que deriva da *vontade*, e nenhum outro. Mas se, em vez de dizermos que é um apetite racional, dissermos que é um apetite resultante de uma deliberação anterior, neste caso a definição será a mesma que aqui apresentei. Portanto a vontade é o último apetite na deliberação. Embora na linguagem comum se diga que um homem teve uma vez vontade de fazer uma coisa, que não obstante evitou de fazer, isso é propriamente apenas uma inclinação, que não constitui uma ação voluntária, pois a ação não depende dela e sim da última inclinação ou apetite. [...] Fica assim manifesto que as ações voluntárias não são apenas as que têm origem na cobiça, na ambição, na lascívia e em outros apetites em relação à coisa proposta, mas também aquelas que tem origem na aversão ou no medo das consequências decorrentes da omissão da ação. (HOBBES, 2014, p. 55, grifos do autor).

A vontade, como podemos observar na citação anterior, torna-se o fim último do efeito motor das paixões. Sendo assim, daremos ênfase a ela neste estudo, pois, em Schopenhauer, a vontade se tornará o ponto central de sua teoria, como veremos a seguir.

Esse primeiro sopro existencial do indivíduo construído por Schopenhauer, surgirá aos moldes idealistas, porque, como ele mesmo afirma: “a verdadeira filosofia tem sempre de ser IDEALISTA; do contrário, não é honesta” (SCHOPENHAUER, 2015, p. 7). E, por esta via, no idealismo que o filósofo alemão inicia no Tomo I e no Tomo II de sua obra máxima, não é o mundo que cria o indivíduo, mas o indivíduo que cria o mundo, por meio de sua representação, tornando-o objeto empírico de si, experienciando o “ideal e o real, isto é, entre o mundo na cabeça e o mundo exterior à cabeça” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 4), ora como sujeito em si, o qual fundamenta a criação do mundo, ora como “objeto da intuição nas formas de todo o conhecer, mediante os quais se dá a pluralidade” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 44).

É importante ressaltar que sujeito e objeto são indissociáveis e constituem a representação de mundo de cada sujeito, como explica Debona (2019, p. 22, grifos do autor): “Cada sujeito *que conhece* sempre conhecerá o mundo como *sua* representação, mas na medida em que esse sujeito é também sujeito *que quer*, então o mundo será também *sua* vontade”. Isso porque é a vontade que levará o indivíduo a buscar a sua representação por meio do mundo; é a partir dessa vontade que se constituirá a essência “íntima, verdadeira e indestrutível do ser humano”, como acentua Schopenhauer (2015, p. 143).

Enquanto em Hobbes cada parte do corpo é responsável por determinadas sensações, em Schopenhauer é o cérebro, em conjunto com os “nervos e a medula espinhal a ele anexados” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 243), que é dotado de uma maquinaria interna que regula a relação do organismo com o mundo exterior, o que se dará também por meio das sensações, levando à produção de imagens, atividade que oferecerá ao cérebro a função de produzir entendimento, gerando conhecimento. Ou, melhor dizendo, como resultado final nos depararíamos com representações intuitivas, perpassando para as representações abstratas, e esse processo nos levaria ao conhecimento. Em Schopenhauer, “o entendimento é o mesmo em todos os animais e homens, possui sempre e em toda parte a mesma forma simples: conhecimento da causalidade, passagem do efeito à causa e desta ao efeito” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 64). Desse modo, o que nos diferencia dos animais é a compreensão, tanto do processo intuitivo quanto do processo abstrato, que levará à consciência reflexiva, a uma exteriorização da razão, que, por conseguinte, terá como instrumento de si a linguagem (DEBONA, 2019, p. 22-32). E o que causa esse processo, ou a causa-efeito dele, ou ainda, em termos hobbesianos, o *combustível* para que a maquinaria

corpórea se mova aguce os sentidos, o entendimento, a imaginação e os movimentos, dando vazão à razão⁶, é a Vontade⁷, conceito que permeia toda a obra do autor.

A VONTADE, como foi dito, dá sinal de si nos movimentos voluntários do corpo como a essência em si deles, isto é, aquilo que o corpo é tirante [sic] o fato de ser objeto de intuição, representação. Os movimentos do corpo não passam da visibilidade dos atos isolados da vontade, surgindo imediata e simultaneamente com estes, constituindo com eles // uma única e mesma coisa, diferenciando-se deles, no entanto, apenas pela forma da cognoscibilidade que adquiriram ao se tornarem representação (SHOPENHAUER, 2005, p. 164).

A Vontade, em Schopenhauer, é a força motriz geradora de vida, inserida na consciência humana e, como já dito, é indivisível em sua essência. E essa primeira similaridade teórica é obviamente atualizada em termos fisiológicos por Schopenhauer, dado que a diferença temporal é bastante significativa, pois, é por meio da construção corpórea dos indivíduos que compreenderemos o nascimento da sua natureza humana, haja vista que esse organismo necessitará de estímulos para que sobreviva. Em Hobbes, teremos as paixões, em Schopenhauer, a Vontade, e em ambos o medo da morte e a busca incansável pela autopreservação.

Da máquina perfeita para o indivíduo egoísta

Apesar de paixão e vontade serem termos distintos, abarcam conceitos que possuem a mesma função regulativa: a de busca pela sobrevivência e do medo da morte. Em princípio, teríamos, máquinas perfeitas teóricas em ambos os termos. Contudo, tanto em Hobbes quanto em Schopenhauer, o mesmo combustível que moverá o corpo em busca do conhecimento e da racionalidade também demonstrará o pior ser que a natureza será capaz de criar: o ser humano.

Na introdução de *Leviatã*, Hobbes, o homem, tal qual uma máquina, é movido por dois combustíveis: a esperança, que o autor aponta como sendo “o apetite, ligado à crença de conseguir” e o medo, que é denominado como uma “aversão, ligada à crença do dano proveniente do objeto” (HOBBS, 2014, p. 50-51). Esses combustíveis são denominados *Paixões*, no capítulo seis do *Leviatã* e, como observamos, nutrem o indivíduo fisiologicamente e são essenciais para a sua sobrevivência. Porém, tal como ocorre em uma máquina, essas paixões são criadas sem qualquer apelo moral (no conceito amplo do termo), ou seja, o indivíduo hobbesiano é, por si, de natureza maldosa e egoísta, e o medo, que seria mais propriamente o medo da morte violenta, assim como o desejo, faz com que o homem busque apenas o que é bom para si mesmo e para os seus (HOBBS, 2014, p. 12-13). Inclusive, o indivíduo hobbesiano é nutrido pelo desejo, como visto previamente, o que faz com que ele acredite ter direito a tudo, inclusive ao corpo alheio.

⁶ Enquanto a razão, em Hobbes, é um cálculo matemático, em Schopenhauer ela será fundamentada em quatro raízes, como explica Debona: “A primeira raiz é a do princípio de razão do *dever*, regente das referidas representações intuitivas, que se remete ao próprio trabalho do entendimento como ‘intuidor’ e artesão de fenômenos. [...] Trata-se, pois, do princípio de razão dos objetos ‘reais’. [...] A segunda raiz é a do princípio de razão do *conhecer*, regente das referidas representações abstratas, âmbito dos conceitos, originados das intuições e tidos como decantados, representações de representações. Trata-se da classe do princípio de razão que rege também os juízos, na medida em que estes se formam pela relação entre conceitos e que são verdadeiros se possuídores de fundamento suficiente. Por conseguinte, é também o fundamento suficiente da ciência e da linguagem em suas capacidades de expressar, de modo verídico, o mundo e seus fenômenos. A terceira raiz é a do princípio de razão de *ser*, regente da parte formal das representações, que se referem basicamente às formas de sentido do espaço e do tempo. [...] A quarta raiz é a do princípio de razão de *agir*, regente de uma classe especial de objeto, o do próprio sujeito que se torna objeto dele mesmo e, agora, é sujeito do conhecer e do querer. Trata-se do que o filósofo designa um ‘milagre’ do conhecimento, o *eu* como mescla de conhecimento e querer; o objeto que coincide com o sujeito e que assim deixa de ser objeto.” (2019, p. 33-35, grifos do autor).

⁷ Trataremos da vontade aqui não como um princípio metafísico, a saber, a vontade imanente, mas sim como a vontade humana, aquela que é intrínseca a cada indivíduo e que gera nele a vontade de vida.

Como o indivíduo hobbesiano é criado em um estado de igualdade corpórea e inteligível, ele acredita também ter poder sobre os demais (HOBBS, 2014). A descrença de Hobbes é tão grandiosa que ele afirma que para entender tal indivíduo criado em sua teoria de um estado originário de natureza, bastaria uma autoanálise sobre como agiríamos em situações similares (HOBBS, 2014, p. 12-13).

É por meio dessa justificação de um indivíduo natural, sem nenhuma moralidade natural e infestado de paixões que o levam incessante a guerras de todos contra todos, que Hobbes pauta a necessidade da criação do Estado Civil, mas não por ele acreditar que com isso nascerá nesse indivíduo mecânico uma moralidade, ou lhe aparecerá alguma moralidade que pudesse, porventura, estar presa ao seu íntimo e que, devido ao ambiente sem leis, não lhe era visível. Com base em Hobbes, para que os indivíduos saiam da guerra e tenham a sua natureza vil e naturalmente má controlada pelo Estado, ousamos afirmar que seria tal como se o Estado hobbesiano, por meios das leis, propusesse-se a domesticar os indivíduos. E ele o faz por meio de leis que terão o princípio máximo, indiscutível e racional que rege toda a teoria de Hobbes, como é o caso do que é expresso pela citação seguinte: “proíbe a um homem fazer tudo o que possa destruir a sua vida ou priva-lo dos meios necessários para a preservar” (HOBBS, 2014, p. 112). Ou seja, o indivíduo hobbesiano necessita que existam leis para que ele mesmo não se autodestrua: “procurar a paz e segui-la” (HOBBS, 2014, p. 113). Vemos que, para Hobbes, faz-se necessário que haja leis que, em princípio, seriam leis morais⁸, seguindo adiante com leis civis, que obriguem o indivíduo a buscar a paz e manter-se nela. E esses indivíduos passariam a segui-las, não porque disso lhes nascerá compaixão – algo que veremos a seguir em Schopenhauer –, mas porque Hobbes afirma que “O desejo de conforto e deleite sensual predispõe os homens a obedecer a um poder comum” (HOBBS, 2014, p. 86). Em outros termos, pode-se salientar que os indivíduos seguem as leis por puro interesse de sua razão calculada, pois eles buscam, para si, além da autopreservação, o conforto de uma vida boa, estando essa assegurada pelo Estado. E a partir disso se adequam outros interesses, dado que as paixões serão apenas reguladas, mas não sanadas. Consequentemente, a busca pelo poder, pela glória e pelo autointeresse é inseparável da natureza humana hobbesiana, conforme o autor afirma:

As paixões que fazem os homens tenderem para a paz são o medo da morte, o desejo daquelas coisas que são necessárias para uma vida confortável e a esperança de as conseguir por meio do trabalho. E a razão sugere adequadas normas de paz, em das quais os homens podem chegar a um acordo. (HOBBS, 2014, p. 111).

Como pode ser observado na citação anterior, tão somente o autointeresse regulado pelas paixões e desejos manterão o indivíduo hobbesiano cumprindo as leis contratuais de um Estado, inclusive porque esse Estado não apenas lhe fornecerá meios de conseguir o que deseja, mas também irá puni-lo caso não o faça, já que, para Hobbes, “a vontade da maioria dos homens é governada apenas pelo medo, e que onde não há poder de coerção não há medo” (HOBBS, 2010, p. 108). É o medo que também fará com que os homens optem pelo cumprimento das leis contratuais buscando controlar as suas paixões (HOBBS, 2010, p. 108).

Já em Schopenhauer, em princípio, a concepção de um combustível dualístico, por assim dizer, não é muito diferente. A vontade, em Hobbes, é vista como última deliberação das paixões, a propulsora das ações últimas, que farão parte da maldade do ser humano e que lhe serão causadoras, tanto do movimento corpóreo, quanto das dores a ele impostas. Em Schopenhauer, a vontade possui primazia e é nela que se sustentará todo o arcabouço humano de representação de

⁸ As explicações sobre como se dá a estrutura do Estado Leviatânico serão aqui apresentadas apenas de forma genérica, em razão de não serem o ponto central deste artigo.

si perante o mundo, como já fizemos notar. Todavia, será a partir dela que o indivíduo experienciará a sua própria mesquinhez egoística, levando-o à dor e ao sofrimento inevitáveis, advindos da privação de suas próprias vontades, já que o indivíduo discutido por Schopenhauer não é muito diferente daquele criado por Hobbes: ele nasce com a concepção de que tudo o que rodeia é para si pertencente, “quer, o quanto possível, desfrutar tudo, ter tudo” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 121). Porque mesmo aos dotados de intelectualidade, a Vontade emerge neles em forma de “terror, medo, esperança, alegria, desejo, inveja, aflição, zelo, ira, coragem” (SCHOPENHAUER, 2015, p. 257). Como o próprio Schopenhauer escreve, “A motivação principal e fundamental, tanto no homem como no animal, é o *egoísmo*, quer dizer, o ímpeto para a existência e o bem-estar.” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 120).

No capítulo dezenove do Tomo II de *O Mundo*, que se detém sobre as características do indivíduo schopenhaueriano, desde a tenra idade, teremos um recorte de sua concepção de natureza humana. Ali o autor deixa claro que o indivíduo é autointeressado e não é possuidor de nenhuma “retidão de caráter”, já que sempre em que estiver em jogo seus interesses ele agirá prioritariamente a seu favor e fará de tudo para se livrar de seus inimigos, usando até mesmo a violência, e mesmo aquele dotado de intelecto será abalado por suas vontades, visto que, desde a tenra idade até a velhice, o indivíduo levará com ele a “malevolência, perfídia, avareza, dureza de coração, falsidade, egoísmo e ruindade de todo tipo também sem diminuição” (SCHOPENHAUER, 2015, p. 285).

No capítulo vinte oito da obra referida, temos o inimigo que rege a vontade: a morte; em meio a uma analogia de execução, da percepção de pavor que emerge ao nos depararmos com nosso fim último, pois, como afirma Schopenhauer, uma sentença de morte abreviaria “em alguns anos uma existência vazia, triste, amargurada por pragas de todo tipo” (SCHOPENHAUER, 2015, p. 23). Ora, mesmo fadados ao sofrimento constante causado pela nossa vontade de vida, advindo da ideia de privação dela, visto que a vontade nunca é por completo sanada, assim como o indivíduo hobbesiano, o indivíduo schopenhaueriano também busca incessantemente sempre mais, e ambos temem o mesmo inimigo inevitável: a morte.

Na obra *Sobre O Fundamento da Moral*⁹, na qual o filósofo alemão explorará as consequências da utilização da vontade como combustível motor da maquinaria humana, em sua terceira parte, no início do capítulo treze, Schopenhauer aponta o seguinte:

[...] desde mais de dois mil anos para encontrar um fundamento seguro para a moral resultar que não há nenhuma moral natural independentemente do estatuto humano, mas que esta é de ponta a ponta um artefato, um meio descoberto para melhor domesticação do egoísta e maldoso gênero humano. (SCHOPENHAUER, 2001, p. 108).

Tal como Thomas Hobbes, o autor alemão não acredita que possa haver uma moralidade inerente ao ser humano e, no decorrer do capítulo citado, ele admite que o que pode ocorrer é ser criada uma moral fundamentada em direitos para domesticar o egoísmo humano, pois, como vimos, o indivíduo schopenhaueriano possui, intrínseco a ele, o egoísmo. No entanto, diferentemente de Hobbes, Schopenhauer não acredita que essa moralidade deva vir do Estado, já que, para ele, o Estado seria “a obra-prima do egoísmo” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 120). De acordo com Schopenhauer, tal moral seria utilizada pelo Estado como forma de opressão, escondendo, em si, toda a forma de ganância e maldade humana em forma de violência estatal, utilizando-se da “religião, à consciência ou ao fundamento natural da moral”, como próprio autor escreve (SCHOPENHAUER, 2001, p. 118-119).

⁹ Deste ponto em diante, a obra *Sobre o Fundamento da Moral* será referida como *Fundamento*.

Teríamos, então, em Schopenhauer, um indivíduo naturalmente egoísta, movido pela vontade que lhe pode ofuscar a razão; um Estado manipulativo; e a religião como instrumento dele; e, por conseguinte, teríamos uma falha. É dentro desses pressupostos pessimistas que o autor irá propor um novo meio de se pensar a ética:

Proponho, em contrapartida, como finalidade para a ética, a de esclarecer, explicar e reconduzir à sua razão última os modos muito diferentes de agir dos homens no aspecto moral. Por isto, resta apenas para a descoberta do fundamento da ética o caminho empírico, a saber, o de investigar se há em geral ações às quais temos de atribuir autêntico valor moral – que seriam as ações de justiça espontânea, pura caridade e generosidade efetiva. Estas devem ser pois consideradas como um fenômeno dado que temos de explicar corretamente. (SCHOPENHAUER, 2001, p. 119)

Para o filósofo alemão, mesmo o indivíduo sendo perverso, ele poderia ser dado a atos de compaixão como os supracitados. Isso é compreendido como “ação misteriosa” (SCHOPENHAUER, 2015, p. 149), posto que nela é incutido o reconhecimento do sofrimento alheio (SCHOPENHAUER, 2005, p. 476). Esses atos não seriam, por si só, explicados pela razão, pois essa estaria frequentemente influenciada pela vontade.

Schopenhauer propunha o ascetismo como um caminho a ser transitado por meio de um processo que o filósofo chama de “individação”, em que encontraríamos uma forma de redenção. Esse processo seria feito por meio da negação da vontade, aceitando, desse modo, o sofrimento e abdicando de todos os desejos vis, sucumbindo à castidade, à pobreza e aceitando a mortificação de sua existência, um meio utilizado somente por figuras santificadas (SCHOPENHAUER, 2005, p. 480-489). Já pensando em termos hobbesianos, tanto a compaixão quanto o ascetismo seriam teorias impensáveis.

Considerações finais

Confrontar Thomas Hobbes e Arthur Schopenhauer, em um primeiro momento, pode parecer impensável. O primeiro é reconhecido por alguns teóricos como o pai do liberalismo, e sua importância na construção da filosofia política por meio do contratualismo é inegável; o segundo, tido por pai do pessimismo, é reconhecido por suas contribuições filosóficas no campo moral e ético. Eles diferem em suas conclusões, e, talvez por isso, raramente tenhamos os dois localizados no mesmo espaço de discussão. Em razão disso, acreditamos na importância de fazê-lo por meio desta exegese.

A construção do indivíduo, tanto em Hobbes quanto em Schopenhauer, é academicamente vista com muitas ressalvas. Um ser mecanizado, um aparato corpóreo movido por combustíveis, que despertam uma natureza má e vil no indivíduo. Os dois indivíduos criados são dotados de egoísmo que pode levá-los à violência e à profanação humana de seus corpos e dos corpos dos demais. Essas são visões chamadas por alguns de realistas e por outros de pessimistas. Neste artigo, procuramos demonstrar que ambos os conceitos se complementam, dada a forma que eles criaram o seu objeto de estudo, a saber, o ser humano.

Schopenhauer se utiliza do pessimismo para que, além da explicação da natureza humana, consigamos encontrar no sofrimento uma forma de sermos menos infelizes. Ele acredita na misteriosa compaixão, na redenção pelo ascetismo, e encontra consolo na música e na companhia dos animais. Diferentemente de Hobbes, que crê que o ser humano, além de nunca perder a sua natureza calculista, não será dado a qualquer ato de bondade se ela não lhe trazer algo em troca. Para Hobbes não há contemplação na arte, e a sociabilidade é apenas um ato suportável e

necessário, dado que o indivíduo somente é mais suscetível a ataques de terceiros. Se o Estado não garantir aos indivíduos a flocinheira que Schopenhauer cita em *Fundamentos*, eles entram em guerra instantaneamente, ou seja, Hobbes consegue ser ainda mais pessimista do que o filósofo alemão.

Com amparo em tal constatação, podemos, em um primeiro momento, pensar: - Ora, então damos a Hobbes o título de pai do pessimismo! Então, responderíamos que não o faríamos, haja vista que Schopenhauer criou sua teoria fundamentado no pessimismo, jamais o negando e utilizando-se dele, inclusive para busca de uma vida menos sofrida. Caso contrário de Hobbes, que apenas se utiliza do pessimismo para justificar a sua teoria da necessidade de um aparato estatal fundamentado em um contrato regado e punitivo.

Entretanto, pensamos que eles oferecem um caminho frutífero para que entendamos as relações humanas pela ótica pessimista. A comprovação disso se dá pelo fato de que mesmo tendo se passado séculos desde a publicação de suas principais obras, suas teorias são discutidas em larga escala de relevância, seja na ética, na política, na história e nos demais campos do saber, e ainda se mostram úteis para discutir problemas atuais.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. 6. ed. São Paulo, 2012.
- DEBONA, Vilmar. *A outra face do pessimismo: caráter, ação e sabedoria de vida em schopenhauer*. São Paulo: Edições Loyola, 2020.
- DEBONA, Vilmar. *Schopenhauer*. São Paulo: Ideias & Letras, 2019.
- HOBBS, Thomas. *Do cidadão*. Tradução: Renato Janine Ribeiro. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HOBBS, Thomas. *Do corpo*. Parte 1. Cálculo ou lógica. Tradução: Maria Isabel Limongi e Viviane de Moreira. Campinas: Unicamp, 2009.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã: Ou a Matéria, Forma e Poder de Um Estado Eclesiástico e Civil*. Tradução: Rosina D'Angina. 3. ed. São Paulo: Ícone, 2014.
- HOBBS, Thomas. *Os elementos da lei natural e política*. Tradução: Bruno Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- LIMONGI, Maria Isabel. *O homem excêntrico: paixões e virtudes em Thomas Hobbes*. São Paulo: Loyola, 2009.
- MENDONÇA, Marinella Morgana. O papel do corpo no pensamento ético de Schopenhauer. *Voluntas: Revista Internacional de Filosofia*, v. 10, n. 1, p. 110-123, abr. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/2179378636652>. Acesso em: 7 abr. 2023.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*, I tomo. Tradução, apresentação, notas e índices: Jair Barboza. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*, II tomo: Suplementos aos quatro livros do primeiro tomo. Tradução, apresentação, notas e índices: Jair Barboza. São Paulo: Editora UNESP, 2015.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *Sobre o fundamento da moral*. 2. ed. Tradução: Maria Lúcia Mello Oliveira Cacciola. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Autor(a) para correspondência / Corresponding author: Patrícia Costa da Silva Baehr. patibaehr@gmail.com